

AS DUAS FACES DO CAPITAL NA GUERRA FRIA

THE TWO FACES OF CAPITAL IN THE COLD WAR

Francisco Joatan Freitas Santos Junior¹
<https://orcid.org/0000-0002-6898-606X>

Resumo: O artigo trata do “fim do socialismo” no âmbito das crises do capital. A problemática se desenvolve em torno das seguintes indagações: em que medida se pode falar em crises do socialismo? Qual a natureza política do Estado soviético? Quais as possíveis relações entre as crises soviéticas e as crises do capital durante a Guerra Fria? Nesse sentido, o objetivo geral é compreender as implicações políticas da derrocada do “socialismo” soviético no contexto da Guerra Fria. Privilegia o estudo bibliográfico de caráter analítico-exploratório sob a orientação metodológica do materialismo histórico-dialético, apoiado nos procedimentos do “método regressivo” de Bloch (2001). O texto está ancorado nas ideias de Bettelheim (1979) sobre a natureza política do Estado soviético. Pressupõe que as crises das economias planificadas expressam as contradições estruturais do sistema mundial produtor de mercadorias que, nesse período, no campo das disputas comerciais internacionais, dividiu-se entre capital privado e capital estatal. Conclui que uma burguesia de Estado usurpou o poder soviético e se apropriou da mais-valia da classe trabalhadora, por intermédio da centralização político-econômica, por isso, essa experiência não se realizou enquanto socialismo, mas se configurou enquanto capitalismo de Estado.

Palavras-chave: Socialismo. Capitalismo de Estado. Crises do Capital.

Abstract: The article deals with the "end of socialism" in the context of capital crises. The problem develops around the following questions: to what extent can we speak of crises of socialism? What is the political nature of the Soviet state? What are the possible relationships between Soviet crises and the crises of capital during the Cold War? In this sense, the general objective is to understand the political implications of the collapse of Soviet "socialism" in the context of the Cold War. It favors a bibliographical study of an analytical-exploratory nature under the methodological guidance of historical-dialectical materialism, supported by the procedures of Bloch's "regressive method" (2001). The text is anchored in Bettelheim's (1979) ideas on the political nature of the Soviet state. It assumes that the crises of the planned economies express the structural contradictions of the world commodity-producing system which, in this period, in the field of international trade disputes, was divided between private capital and state capital. It concludes that a state bourgeoisie usurped Soviet power and appropriated the surplus value of the working class through political and economic centralization, which is why this experiment was not socialism, but state capitalism.

Keywords: Socialism. State Capitalism. Capital crises.

¹ Doutor em educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor na Secretaria da Educação (SEDUC-CE). E-mail: joatan.freitas@gmail.com / CV: <http://lattes.cnpq.br/4583275927317029>.

Introdução

No final do século XX, a proclamada morte do “socialismo” do leste europeu serviu para encobrir o caráter violento das relações sociais no capitalismo, declarar o fim da história e apregoar a eternização do modo de vida hegemônico. Desta feita, neste artigo, o objeto central de discussão é o fim do “socialismo” soviético no âmbito das crises do capital. O texto é um recorte revisado da dissertação de mestrado *A crise do capital e a formação do professor de história no Brasil*, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará.

O fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim formaram o ápice histórico das crises do “socialismo”. Essas crises apareceram como fatos inusitados e repentinos, como se fossem resultados “mágicos” e, ao mesmo tempo, quase que naturais de uma lógica destrutiva do “socialismo”. Naturalmente, assim esperavam os anticomunistas. De fato, essas crises desencadearam diversos processos ideológicos conservadores que se somaram aos ataques neoliberais e às ideias pós-modernas (aquelas que não abandonaram a modernidade), de forma a minarem as perspectivas revolucionárias dos socialistas e dos movimentos sociais no mundo todo. Entretanto, em que medida se pode falar em crises do socialismo? Qual a natureza política do Estado soviético? Quais as possíveis relações entre as crises do “socialismo” soviético e as crises do capital durante a Guerra Fria?

O tema está ancorado nas ideias de Bettelheim (1979), principalmente, no que diz respeito à natureza política e às raízes históricas das crises do sistema soviético, dessa forma, resgatando seus argumentos e, ao mesmo tempo, provocando uma discussão teórica sobre o futuro utópico da humanidade, com base nas ideias marxianas. Parte do pressuposto de que essas crises expressam as contradições estruturais do sistema mundial produtor de mercadorias que, no campo das disputas comerciais internacionais durante o período bipolar, dividiu-se entre os interesses do capital privado ocidental e do capital estatal oriental, configurando-se em duas faces complementares do sistema capitalista global.

A pesquisa tem por objetivo compreender as implicações políticas da derrocada do “socialismo” soviético no contexto da Guerra Fria. Privilegia o estudo bibliográfico de caráter analítico-exploratório, sob a orientação metodológica do materialismo histórico-dialético (MARX e ENGELS, 2007), trazendo também para a discussão a análise da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002). Dada a complexidade dessa temática, não se tem a ilusão imodesta de ser a última palavra no assunto.

As crises sociais, políticas e econômicas, em quaisquer dos tempos das sociedades históricas conhecidas, não estão isoladas dos seus modos de produção e reprodução da vida, construído dia-a-dia pelos sujeitos por intermédio do trabalho social, seja de forma consciente ou inconscientemente. Portanto, considera-se que a condição histórica básica para a manutenção e reprodução da vida de qualquer ser humano se encontra na práxis social, como expressão do trabalho no sentido de “pôr teleológico” (LUKÁCS, 2018). Portanto, este pensamento difere do idealismo hegeliano e do materialismo feuerbachiano porque busca explicar o modo de produção da vida humana a partir das condições materiais (forças produtivas) que envolvem as relações sociais de produção, ou seja, uma condição social construída pelos sujeitos que se materializa dialeticamente na história.

No campo da teoria da história, este estudo se apropria também dos procedimentos do “método regressivo” (BLOCH, 2001), entendendo que as questões do presente subordinam e balizam um possível regresso ao passado. Assim, abandona o preceito reducionista da história como “ciência do passado”, porém, na perspectiva de uma inversão dialética que parte do presente em direção ao passado. Bloch expõe essa técnica no livro *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* em 1931, aplicando essa estratégia para ler a história ao inverso, ou seja, compreender o movimento histórico envolto nas problemáticas do presente. Assim, as crises políticas e sociais na União Soviética não devem ser analisadas pelo viés de um tempo histórico linear, sob um manto subjetivo que define as causas e seus efeitos, desconsiderando suas infindáveis variantes.

Deveras, toda história parte do tempo presente em direção ao passado, mas isso não ocorre de forma sequencial e linear, pois nesses termos, seria um anacronismo julgar o passado com base em dados do presente, quando já se conhece parcialmente o resultado final. O retorno ao passado, geralmente, não é mais do que a aparência da práxis humana, quase sempre um passado inatingível ou insuficiente de dados e, possivelmente, ocultado pelos mais diversos interesses sociais das práxis sociais do presente. A compreensão desses fenômenos pode estar numa reflexão *omnilateral* do sujeito social a partir de sua práxis, estabelecendo uma relação dialética entre sincronia e diacronia na história, inclusa em seus vários espaços-tempos, numa perspectiva científica de aprendizagem com as experiências do passado. É nesse sentido que se analisam as denominadas crises do “socialismo” soviético.

Da morte do “socialismo” soviético à unificação do capital

A espetacularização midiática que decretou a “morte do socialismo” no leste europeu se restringiu à aparência do fenômeno, portanto, preterindo sua natureza sócio-histórica, já por demais complexa. Entretanto, não se pode deixar de registrar que, por várias décadas, Estados Unidos e União Soviética, respectivamente, rivalizaram pela hegemonia político-econômica mundial como símbolos do antagonismo entre capitalismo e socialismo, tendo como desdobramento o fim de uma era de ilusões.

Mas, o que realmente estava em jogo nesse tabuleiro geopolítico? Qual a natureza real dessa disputa? Talvez, este possa ter sido o domínio de uma falsa dicotomia entre dois modelos de capital. A denominada Guerra Fria pareceu se revelar mais como uma disputa ideológica maniqueísta entre supostos representantes do “bem” contra as figuras do “mal” do que uma alternativa real ao modo de produção social dominante.

Nesse parâmetro, a definição da natureza política da sociedade soviética dividiu os marxistas com expressões genéricas do tipo “comunismo”, “socialismo”, “ditadura do proletariado” (LENIN, 2017), “estado operário burocratizado” (TROTSKY, 1980), “socialismo de estado”, “capitalismo de estado” (BETELHEIM, 1983) e, ainda, “sociedade de novo tipo” ou “sistema pós-capitalista soviético” (MÉSZÁROS, 2002), sendo que muitas dessas denominações carregavam elementos ideológicos umas das outras.

Entretanto, o conjunto de análises sobre a realidade histórica, socioeconômica e política na União Soviética, levou o próprio Leon Trotsky, símbolo da luta revolucionária soviética, alertar sobre as práticas burocráticas que moldavam a natureza totalitária do regime soviético:

Nos primeiros tempos do regime soviético o partido servia de contrapeso à burocracia. Esta administrava o Estado, o partido controlava-a. Velando com seu zelo para que a desigualdade não passasse dos limites do necessário, o partido estava sempre em luta aberta ou velada contra a burocracia. O papel histórico da facção stalinista foi o de fazer cessar esta dualidade, subordinando o partido aos seus próprios organismos e fundindo-os com os do Estado. Assim se criou o atual regime totalitário. A vitória de Stalin foi assegurada pelo serviço definitivo que ele prestava à burocracia (TROTSKY, 1980, p. 193).

A relação política de controle da burocracia estatal soviética pelo partido na análise de Trotsky parece cair numa ilusão utópica, considerando que o partido representava a vontade popular ou os anseios das massas trabalhadoras pela revolução socialista. O que isso de fato era muito mais um desejo do próprio líder carismático do que uma realidade palpável. O papel

histórico de Stalin era estabelecer um poder de controle do partido e das massas populares por meio de políticas econômicas planejadas, sob a direção prática de uma elite burocrática, tudo isso em nome do socialismo.

Por outro lado, no campo democrático-liberal, o esforço crítico dos intelectuais foi para denominar o modelo soviético como um Estado totalitário, conforme a análise política de Arendt. Nesse rumo, o foco central de Arendt sobre o totalitarismo “[...] recaí na denúncia de uma violência sem precedentes, que emergiu, não de forma gratuita ou desordenada, mas, ao contrário, respondendo a uma racionalidade, a uma lógica biopolítica, de estabelecer quem pode viver e quem deve morrer” (SILVA, 2021). Portanto, dependendo dessa caracterização (que não é só nominal), várias interpretações e estratégias foram propostas por intelectuais para a manutenção do *status quo* capitalista ou para uma desejável superação desses dois modelos sociais.

De fato, sem entrar no mérito da razão sobre o totalitarismo do Estado soviético, ainda mais quando se parte de uma referência que faz comparação com o Estado nazifascista de Hitler e Mussolini, pode-se até aplicar variadas denominações para definir a natureza política da União Soviética, mas algumas características econômicas deste modelo estatal são comuns ao modelo privado capitalista. Neste ponto, destaca-se a exploração da mais-valia da classe trabalhadora por uma elite política, formada por um corpo estatal tecnocrático, inclusive proibindo a existências de sindicatos livres, o que já indica a natureza capitalista do complexo soviético de se perpetuar pelo poder político-econômico enquanto classe dominante, perceptível no acirramento concreto das contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

No entanto, essas contradições possuem origens históricas. Assim, pode-se dizer que diversos fatores contribuíram para o fracasso soviético, desde sua raiz histórica que se iniciou nos governos czaristas, passando pela desestruturação econômica durante a guerra civil do pós-guerra, inclusive, enfrentando as dificuldades agroindustriais e os limites históricos do desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Além disso, considere-se a perseguição *stalinista* às oposições de esquerda, as perdas humanas na primeira guerra, o aniquilamento de inúmeras vidas na luta contra o nazifascismo, o isolamento político da revolução na Europa, entre outras razões. Todos esses fatores formaram o terreno estrutural em que se desenvolveram as relações político-administrativas, direta ou indiretamente, de uma elite técnico-burocrática que governava sob um regime estatal monopartidário, com uma economia atrasada e planejada (centralizada) bastante rígida.

A política soviética se desenvolveu como parte de uma falsa bipolaridade sistêmica que envolveu os principais fatos históricos do período. Pode-se dizer que, o breve século XX (HOBSBAWM, 1995) foi marcado por um conjunto de acontecimentos de enormes repercussões planetárias como a primeira grande guerra, a revolução russa, a hegemonia mundial dos Estados Unidos, a grande depressão econômica, a segunda grande guerra, o nazifascismo, a corrida espacial, a Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética, as guerras do Golfo Pérsico, além da terceira revolução industrial (ou técnico-científica), entre tantos outros.

Nesse cenário mundial, o período da Guerra Fria se destacou por seu caráter definidor das guerras de posição entre capitalismo e “socialismo”, dois projetos de sociedades que se apresentavam como modelos antagônicos. Nesse sentido, no aspecto historiográfico, a Guerra Fria se caracterizou pelo enfrentamento indireto entre EUA e União Soviética em torno dos aspectos políticos, econômicos, estratégico-militares e ideológicos, desembocando em vertentes que, em maior ou menor proporção, diferenciavam-se e se aproximavam na disputa sucessiva pelo domínio da geopolítica global.

A crise do modelo soviético, indiferente aos redemoinhos econômicos da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), impactou sobremaneira o mundo geopolítico, estabelecendo uma “nova ordem mundial” em que o capital se tornou definitivamente um ente absoluto. Na verdade, é preciso esclarecer que o conceito de crise pode ser restrito a períodos cíclicos ou parciais, porém, os “marxistas têm, tradicionalmente, concebido a crise como o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade” (BOTTOMORE, 2013, p. 140). Nesse sentido, o colapso do “socialismo” soviético se apresentou de uma forma em que o Estado burocratizado com sua economia planificada não conseguiu evitar o choque das relações sociais de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, ainda mais, na perspectiva de um Estado-nação sob a ideologia do “socialismo em um só país”.

De fato, essas crises envolveram também, além das economias planificadas, o fim da socialdemocracia como modelo a ser seguido, de forma que o “fracasso histórico dos dois movimentos principais – a social-democracia e a tradição bolchevique metamorfoseada em *stalinismo* – permitiu uma avalanche de todos os gêneros de propaganda triunfalista para celebrar a morte da ideia socialista como tal” (MÉSZÁROS, 2002, p. 43). Assim, esses fatos estimularam análises conservadoras, sob o tendencioso discurso da “derrota do socialismo”, impulsionada por ideias pós-modernas ou com forte influência das teorias liberais

(FUKUYAMA, 1992), proclamando unilateralmente o “fim da história” e a vitória definitiva da democracia liberal, enquanto expressão política ideal da sociedade do capital.

Doravante, trabalhou-se com a hipótese de que essas superpotências representavam duas faces do capital durante o período da Guerra Fria. Porém, evitou-se cair em algum tipo de anacronismo ou adulteração do passado para atender às necessidades do presente, pois, o termo “anacronismo era um erro cometido no curso de um ‘sincronismo’; em outras palavras, é a tentativa de traduzir um sistema cronológico para outro” (BURKE, 2013, p. 214). Por outro lado, a história sempre parte do presente em direção ao passado (BLOCH, 2001), por isso, o risco de um anacronismo só pode ser evitado com a devida veracidade e contextualização dos fatos, senão, isto configura uma limitação técnico-científica da pesquisa.

Nessa perspectiva, visando compreender a possível ilusão da dualidade entre capitalismo e socialismo, levou-se em conta a história do processo revolucionário soviético, as condições materiais paupérrimas dessa experiência, somados aos equívocos político-econômicos dos bolcheviques durante o “comunismo de guerra” e da Nova Política Econômica (NEP). A revolução espelhou os partidos comunistas do mundo inteiro, mas, infelizmente, não alcançou os objetivos de rompimento com as principais categorias do modo de produção capitalista.

Um dos teóricos críticos do *stalinismo* que mais se deteve sobre essa temática foi o historiador e economista francês Charles Bettelheim, traçando um pormenorizado estudo nas obras *A Luta de Classes na URSS*, dividida em três períodos: 1917-1923; 1923-1930 e 1930-1941. Nesses livros, o autor descreve o desenvolvimento das relações sociais na União Soviética, entendendo que os erros cometidos pela repressão política adotada por Stálin entre os anos 20 e 30 não atingiram apenas os inimigos do socialismo, na verdade, estes inimigos foram até protegidos (BETTELHEIM, 1979).

Os principais afetados pela repressão *stalinista* foram os militantes comunistas e as massas populares. “Desse modo, ficou claro que certas formas de luta contra o capitalismo eram ilusórias e serviam apenas para reforçar a burguesia nos aparelhos políticos e econômicos” (BETTELHEIM, 1979, p. 47). Apesar de milhares de trabalhadores e comunistas que perderam suas vidas e sonhos, esta lição precisa ser apreendida dialeticamente à luz do marxismo pelo proletariado em seu conjunto. Assim, a consciência reflexiva deste fato, de seu conteúdo classista dominante e repressivo contra o socialismo, precisa constituir um aprendizado exemplar para o proletariado mundial.

Destarte, em que pese a validade histórica da revolução popular na Rússia e sua importância como esperança socialista para milhões de trabalhadores, seu desdobramento posterior não rompeu com o capitalismo, muito pelo contrário, estabeleceu um tipo de sociedade peculiar com base em características de um “capitalismo de Estado” (BETTELHEIM, 1979).

Inicialmente, o conceito de “capitalismo de Estado” surgiu entre socialistas e anarquistas no final do século XIX, criando um impasse teórico sobre capitalismo de Estado e socialismo de Estado. Em tempos variáveis, os principais nomes dessas disputas eram Wilhelm Liebknecht, Mikhail Bakunin, Nikolai Bukharin e Lênin. Posteriormente, este conceito foi estendido aos países capitalistas em que predominou uma forte intervenção do Estado na economia, tendo por base as políticas keynesianas do pós-crise de 1929 nos Estados Unidos e em diversos tipos de Estados do bem-estar social que surgiram na Europa, após a segunda guerra mundial.

De acordo com Amazonas (1993), um dos expoentes da luta contra a ditadura militar e dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a ideia do capitalismo de Estado de Lênin seria parte da estratégia de concessões ao capitalismo para a transição ao socialismo em um país economicamente atrasado. A ideia teve origem na necessidade imperiosa de vencer o atraso nas relações econômicas internas nos primeiros anos da revolução, considerando que a Rússia encontrava-se arruinada com um nível baixo de suas forças produtivas, sem recursos para desenvolver a economia, além da total desorganização do aparelho administrativo.

Passadas algumas décadas da revolução soviética, não se pode deixar de destacar a política de Lenin e o heroísmo dos revolucionários bolcheviques diante dos desafios concretos da crise e da contrarrevolução burguesa (HOBSBAWM, 1995). Pois, entre os principais problemas estavam as medidas da “paz punitiva imposta pela Alemanha” no Tratado de Brest-Litovski, a fome e a miséria, o isolamento político e a desestruturação econômica, aliada aos conflitos com amplos setores do campesinato que boicotavam a socialização da produção, entre tantos outros. Assim, diante desses desafios, o “novo regime pouco fez sobre o socialismo, a não ser declarar que esse era seu objetivo, tomar os bancos e declarar o controle dos ‘operários’ sobre as administrações existentes (...)” (HOBSBAWM, 1995, p. 69), ou seja, eram ações iniciadas ainda no processo revolucionário e que não conseguiam avançar para medidas socialistas.

O escopo geral desse problema pode ser observado na formação feudal do povo russo sob a égide do absolutismo czarista; no desenvolvimento do capitalismo tardio; nos aspectos

dominantes da economia rural; no parque industrial diminuto; numa burguesia dependente do capital exterior; no processo político autocrático de constituição do Estado czarista e na subserviência econômica aos interesses estrangeiros. Esse processo político autocrático terminou sufocado pela primeira grande guerra mundial que desembocou na queda do czarismo e na própria revolução. Por outro lado, a situação revolucionária se estabelecia numa relação complexa entre a burguesia, o proletariado, os camponeses e os soldados, mas, estava diretamente associada à fragilidade da burguesia que não conseguia liderar o processo revolucionário e nem desenvolver plenamente o capitalismo, por isso, num primeiro momento, os bolcheviques atropelaram os anseios capitalistas na Rússia.

Nessas condições políticas instáveis e socioeconômicas atrasadas, crescia o avanço revolucionário do proletariado, ainda que minoritário, sob forte influência dos socialistas. Esse quadro objetivo inicial associado às decisões políticas posteriores do Estado soviético, progressivamente, definiram o futuro do socialismo, pois este sofria com as pressões internas das lutas de classes, o engessamento das forças produtivas pelo tipo de economia planejada burocratizada, e ainda, sob os ataques externos das economias capitalistas estrangeiras.

No caso da revolução russa, tendo como referência o conceito de ditadura do proletariado e a realidade político-econômica posta em bases campesinas, a questão à época era definir o tipo de medidas a serem adotadas pelo Estado logo após a tomada do poder pelos operários (BETTELHEIM, 1979). Nesse contexto, a expressão “capitalismo de Estado sob a ditadura do proletariado”, utilizada por Lenin no texto *“La catastrophe imminente et les moyens de la conjurer (1917)”*, visava caracterizar este período de transição como um “capitalismo de Estado”, pois se manteve nos limites das leis de mercado, surgindo “menos como uma etapa do que como uma política de ‘interrupção’ da ofensiva revolucionária” (BETTELHEIM, 1979, p. 423).

De fato, em que pese as boas intenções de Lênin e dos bolcheviques, essa percepção sobre a realidade de atraso político-econômico da Rússia não foi refletida como possibilidade de uma autocrítica no sentido de aprofundar a ofensiva revolucionária contra o capital. A despeito da situação de guerra, do desastre econômico soviético e da análise política de Lenin, talvez as condições não possibilitassem outro desfecho, mais favorável aos bolcheviques e à revolução socialista. Por outro lado, o recuo analítico de Lênin sobre a realidade soviética ancorou a justificativa para que os bolcheviques adotassem medidas capitalistas emergenciais que permitissem a saída do Estado soviético do caos imediato.

Na compreensão de Lênin, a fórmula simples de continuar a ofensiva contra o capital “não levaria em conta o caráter particular do momento atual quando, para assegurar o sucesso da ofensiva posterior, é preciso, hoje, ‘suspender’ momentaneamente a ofensiva” (BETTELHEIM, 1979, p. 422). Esta percepção leninista justificou no terreno político-ideológico uma visão etapista da revolução que posteriormente reforçaria a ideia de Stálin sobre o “socialismo num só país”, postergando para as gerações futuras a destruição do capitalismo e a construção do socialismo mundial.

No “comunismo de guerra” e depois com a Nova Política Econômica (NEP), progressivamente, a luta de classes se revelava na manutenção das antigas relações sociais de produção via “penetração de uma parte da antiga burguesia nos aparelhos administrativos e econômicos do Estado”, possibilitando o surgimento de uma camada social de “não-produtores imediatos”, mas, que controlavam objetivamente os meios de produção por intermédio do Estado e suas relações sociais dominantes (BETTELHEIM, 1979, p. 149). A exploração da mais-valia dos trabalhadores ocorria sob a direção de uma “burguesia estatal” formada por burocratas que passavam a controlar os meios de produção, mantendo seus privilégios através do controle do aparelho de Estado.

Logo após a Revolução de Outubro e no começo dos anos 20 na Rússia, a burguesia está maciçamente presente nos aparelhos econômicos do Estado, nos postos de direção ao nível das unidades de produção e da gestão do conjunto da economia; está presente também nos aparelhos administrativos e escolares. Historicamente, esta situação decorre da origem de classe da maioria daqueles que se encontram nesses aparelhos, mas, para além dessa origem, constituem elementos decisivos nas práticas burguesas dos ocupantes dos postos de direção e a própria estrutura dos aparelhos do Estado. Essas práticas e esta estrutura tendem a consolidar as relações capitalistas e, portanto, a existência de uma burguesia que assume a forma de uma burguesia estatal (BETTELHEIM, 1979, p 129).

As bases reais da sociedade soviética se encontravam sob a disputa das lutas de classes num terreno político-econômico e ideológico transitório, sendo de um lado, os burgueses, latifundiários e camponeses (médios e pobres) que combatiam o “comunismo de guerra”, e do outro, os operários minoritários que buscavam superar a égide do valor reinante no processo de produção de mercadorias sob o controle do Estado soviético. Para piorar, a correlação de forças do proletariado mundial, principalmente com a derrota dos socialistas na Alemanha, não estava sendo favorável ao sucesso político-econômico do Estado soviético.

Interessante registrar que as próprias ponderações de Leon Trotsky reforçavam a lógica competitiva do mercado: “[...] enquanto o proletariado europeu marchar de derrota em

derrota e recuar, a força do regime soviético será medida, decididamente, pelo rendimento do trabalho que, na produção de mercadorias, se exprime pelos preços de custo e de venda” (TROTSKY, 1980, p. 11). Posteriormente, a partir do domínio de “setores burocráticos”, cristalizou-se progressivamente a condição do Estado soviético enquanto gestor do processo de produção de mercadorias e, dessa forma, possibilitou cotidianamente a exploração do trabalho abstrato e a expropriação estatal da mais-valia produzida pelo proletariado, colocando a União Soviética como segunda potência industrial do mundo.

Dessa forma, o Estado soviético desenvolveu seu potencial econômico em novas bases capitalistas sob o controle de uma burocracia que era remanescente da “antiga burguesia”, por isso, entre outras razões conjunturais, nesse contexto desfavorável das lutas de classes, a experiência soviética não avançou em direção ao socialismo. Assim, o modelo estatal soviético manteve o processo de divisão social do trabalho que obviamente separou os trabalhadores da posse social dos meios de produção através da forma “mutante” do capitalismo de Estado, deixando intactas as relações sociais de produção e as categorias básicas do capital, como mercado, moeda, lucro, compra, venda, preços e salários.

A existência das formas ‘valor’, ‘dinheiro’ e ‘salário’ implica portanto que, a despeito da propriedade do Estado dos meios de produção, os trabalhadores permanecem socialmente *separados* de seus meios de produção, não podem colocar estes em movimento senão sob obrigações que lhe são exteriores (BETTELHEIM, 1983, p. 277).

Inicialmente, a administração da crise de produção no novo regime soviético partia da necessidade de garantir a circulação de mercadorias ainda sob a lógica de uma pressão do mercado, o que exigia a complacência do Estado com a cultura camponesa de trocar os produtos agrícolas. O próprio Trotsky acreditava que a circulação de mercadorias deveria fazer a “soldadura” entre os camponeses e a indústria nacionalizada, por isso, ele reconhecia que “Lenin notou a necessidade de restabelecer o mercado pela existência no país de milhões de explorações camponesas isoladas e acostumadas a definir pelo comércio as suas relações pelo mundo circundante” (TROTSKY, 1980, p. 20). Lenin precisava também evitar uma debandada geral dos técnicos, por isso, propôs pagar salários diferenciados aos mesmos para que ajudassem na administração da máquina burocrática. Essa burocracia passou a gerir o Estado a partir de seus interesses de classe emergente e de suas concepções tayloristas de administração da máquina pública, com o aval inicial do partido bolchevista-leninista.

Esse panorama político-econômico começou a se configurar depois do fracasso do “comunismo de guerra”, a partir das concessões ao capital privado pelas políticas econômicas leninistas adotadas na Nova Política Econômica (NEP), numa tentativa vã de recuperar o controle econômico e, posteriormente, nas propostas práticas de uma economia planificada nos moldes dos Planos Quinquenais de Josef Stálin (BETTELHEIM, 1979). Os desgastes nas lutas de classes no período revolucionário, associado às condições objetivas de atraso do desenvolvimento das forças produtivas na Rússia e o desenrolar das relações sociais de produção baseadas na exploração de mais-valia da classe trabalhadora, não apontaram para uma ruptura das categorias capitalistas, e sim para a “convivência pacífica” entre as estruturas do capital, mediada no pós-guerra pela síndrome político-ideológica da Guerra Fria.

Noutra argumentação, a própria existência prolongada do Estado soviético, no modelo de Estado-nação hierárquico e em bases capitalistas, por si só revela o conteúdo de uma sociedade dividida em classes que não se realizou enquanto “ditadura do proletariado” contra o capital, e sim, numa ditadura do capital contra o proletariado, anulando a intencionalidade revolucionária dos militantes bolcheviques, e que culminou na instalação do capitalismo de Estado na União Soviética. De forma que, visando conservar o *status quo* diferenciado, o Estado soviético estabeleceu a cultura do partido único, a perseguição aos militantes revolucionários da oposição comunista, a ideologia do “socialismo em um só país” e proibiu a organização dos trabalhadores em sindicatos livres. O fortalecimento do sistema de exploração da mais-valia proletária por meio do gigantesco desenvolvimento industrial sob a administração do Estado teve a perspectiva nacionalista de buscar superar os modelos capitalistas ocidentais, sob o impacto da livre concorrência do mercado internacional e do “jugo” das regras capitalistas (BETTELHEIM, 1979).

Desta feita, o fim do dito “socialismo” soviético não se deu por uma hecatombe estrutural repentina. A política econômica da *Perestroika* (reestruturação) e da *Glasnost* (transparência) de Mikhail Gorbachev na União Soviética expuseram apenas o estopim de uma crise latente. A crise desse capitalismo estatal ocorreu durante um longo processo contraditório de desenvolvimento das suas forças produtivas como nunca antes tinha ocorrido em choque direto com as relações sociais de produção soviéticas e, por assim dizer, em direção contrária à práxis revolucionária dos comunistas, sob princípios socialistas. No entanto, a crise soviética vivia no subterrâneo das práticas cotidianas das relações sociais de produção como um fantasma a explorar o proletariado, mas sem aparecer no horizonte global devido à política autoritária do Estado de isolamento em relação ao ocidente. Por isso, com

raras exceções, a maioria dos partidos marxistas de linhagens stalinistas, leninistas, socialistas, estruturalistas e trotskistas, não percebeu seu final se aproximando, pois se tornou imperceptível aos revolucionários do mundo. A dicotomia histórica entre dois modelos de capitalismo (privado e estatal), com suas diferenças e peculiaridades, parecia ser a única alternativa visível no horizonte mental de grande parte das forças intelectuais de esquerda e de lideranças políticas mundiais.

Destarte, a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética se enquadram no contexto das crises do capital pela necessidade deste de se unificar em escala global: “[...] É unicamente porque esta fusão já se tinha produzido na realidade económico-política do mundo inteiro, que o mundo podia enfim proclamar-se finalmente unificado” (DEBORD, 2003, p. 8). A lógica do capital não fora deveras superada no processo histórico das revoluções operárias do início do século XX, tanto pelas derrotas na Alemanha e demais países europeus, quanto pelo insucesso da aplicação de medidas socialistas pelas vanguardas que chegaram ao poder na União Soviética e, depois, no leste europeu.

O capitalismo desenvolvido, espetacular, segundo Debord, constituiu-se historicamente – a partir das derrotas das primeiras tentativas de revolução social no início do século 20, das quais as vanguardas estéticas foram contemporâneas e solidárias – ao neutralizar, recuperar e mesmo deslocar (no sentido freudiano) para o interior de sua própria lógica as demandas que antes se lhe opunham (AQUINO, 2006, p. 167).

Finalmente, o capitalismo se unifica em todo o mundo sob a plataforma da produção de mercadorias e da especulação financeira que, por sua vez, está montada sobre uma crise estrutural sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002). Dessa forma, Mézáros demonstrou que ao “final de um longo período”, o sistema de metabolismo social do capital desregulamentou o “ente político” regulador do *Welfare State* e do Estado soviético, levando à falência os “dois mais arrojados sistemas estatais de controle e regulação do capital experimentados no século XX” (ANTUNES, 2009, p. 47). Nesse rol de pensadores marxistas, além de Mézáros e Debord, Robert Kurz também identificou a crise do “socialismo real” como expressão da crise do capitalismo ou do modo de produção de mercadorias.

A unificação do capital (privado e estatal) também criou novos inimigos comuns, reais ou fictícios: o terrorismo, a volta do “fantasma do comunismo”, as novas contraculturas, as pandemias, as crises financeiras, as competições imperialistas e as guerras nacionalistas, entre outros. De fato, o que une efetivamente o terrorismo e o capitalismo são as relações sociais de dominação, de forma que, uma classe social utiliza a máquina do Estado para estabelecer

políticas econômicas e práticas culturais, violentas ou não, sobre as outras classes, povos e nações.

Do ponto de vista ideológico, o capital justifica o terrorismo como responsável e antídoto necessário para a solução de seus problemas estruturais. Depois das duas grandes guerras, abre-se novamente um quadro de genocídios e guerras de destruição em massa com caráter imperialista, como na atual guerra da Ucrânia e no massacre de palestinos nos ataques de Israel contra o Hamas. Nesses termos, tem-se o fim da pluralidade, do espaço público e, portanto, da democracia em seu sentido político mais universal. No entanto, é “evidente que a política é um espaço de antagonismo, de disputa de ideias. Mas de ideias e, não de existências. Não se concebe que a demanda agônica da política recaia sobre a eliminação física do outro” (SILVA, 2023, p. 296).

No sistema capitalista, através da exploração do trabalho, consubstanciado na troca mercantil ou pela violência industrial-militar, o outro é sempre objeto de conquista e usufruto, ou seja, é sempre um inimigo em potencial que deve ser objetificado, “domesticado” ou destruído. Entretanto, esse sistema ganha uma dimensão global. As conexões existentes entre produção, financeirização e mundialização do capital foram apontadas por Chesnais, enfatizando que a esfera financeira nutre-se da riqueza gerada pelo investimento e pela exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2009). Por isso, no tocante à unificação do capital, o ufanismo propagandístico em torno do “socialismo em um só país” se tornava progressivamente em um mantra ideológico que arregimentava operários via Nova Política Econômica (NEP) para um processo de exploração máxima da força de trabalho na produção soviética.

Dessa forma, na medida em que as forças produtivas se desenvolviam na União Soviética, avançava a participação desta na competição internacional do mercado capitalista, transformando-a na segunda grande potência mundial. Esse processo de exploração de mais-valia da força de trabalho soviética fortalecia tanto o poder político quanto a riqueza da “burguesia estatal” dominante. Assim, analogamente, o Estado soviético era uma empresa com o poder legal de extrair mais-valia até a exaustão máxima da força de trabalho operária, tudo isso em nome da utopia socialista, portanto, era uma empresa estatal mais poderosa do que qualquer empresa privada capitalista.

A ideia do socialismo e o fim da alienação do trabalho não estava no horizonte concreto dos operários soviéticos, pois, “o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em

comum com o socialismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 44). Nesse ponto, Mészáros entende que o sistema soviético se caracterizava como uma sociedade “pós-capitalista”, ao mesmo tempo em que questionava e descartava a hipótese de capitalismo de Estado. Naquelas circunstâncias, “mesmo que os líderes pós-revolucionários desejassem fazê-lo (o que, claro, eles não desejavam), não poderiam ter seguido a via capitalista, nem mesmo a via do ‘capitalismo de Estado’, termo este que Lenin usou em primeira mão num contexto polêmico (...)” (MÉSZÁROS, 2002, p.735). Nesse sentido, deve-se analisar mais detalhadamente os argumentos sobre a chamada sociedade pós-capitalista.

A perspectiva nacionalista de desenvolver o “socialismo em um só país” também se perdia diante da dimensão de uma revolução mundial proposta pelos comunistas, e que não se concretizou. Para Mészáros, o sistema soviético encontrou “um modo de superar a crise do capitalismo ao assegurar o desenvolvimento industrial pela instituição de sua própria forma – pós-capitalista – de extração de trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 734). Depois da NEP, nos termos da economia planificada, por mais efetivo que fosse o grau de exploração da classe trabalhadora, a política soviética foi aos poucos sofrendo os efeitos burocráticos que inviabilizavam manter um alto índice de produtividade industrial, tornando-se incapaz de fazer frente à concorrência e à competitividade das empresas capitalistas ocidentais no mercado internacional, principalmente, diante da crise estrutural do capital global, levando à implosão da ordem sociometabólica do tipo soviético (MÉSZÁROS, 2002).

Entretanto, diferentemente da análise de Mészáros, pensa-se que o germe da mais-valia sobreviveu nas estruturas da economia planificada soviética como capitalismo de Estado, sendo inclusive, exportado como modelo de sociedade para o Leste europeu e o restante do mundo, sob a alçova de socialismo. De fato, no período revolucionário, o modelo soviético lutava para desenvolver minimamente um sistema de distribuição de mercadorias que contemplasse os interesses dos camponeses e pequenos comerciantes, por isso, ainda não vivia plenamente sob a lógica do capitalismo, pois havia muitos resquícios político-econômicos feudais na sociedade revolucionária. O ponto comum que cabe ressaltar é a crítica ao modelo soviético enquanto sociedade que não rompeu com o germe do capitalismo, até mesmo foi fator de desenvolvimento das principais categorias do mercado na forma de troca, valor, dinheiro e salário, como um sistema de capital estatizado e, por isso, não se encontrou no socialismo, e essa é uma das principais diferenças entre os marxistas.

Retomados os olhares críticos sobre os fenômenos que possibilitam entender as relações históricas que malograram o socialismo, crê-se que os reflexos dessas crises políticas

não podem ser deslocados da crise estrutural do capitalismo mundial, nem das raízes feudais e econômicas atrasadas da Rússia czarista, dos desafios do tipo de sociedade proposto pelos bolcheviques e do modelo social realmente implantado no contexto da Guerra Fria. Essas teias político-econômicas e culturais de relações históricas soviéticas formam as estruturas em que se desenvolveram as chamadas “crises socialistas”.

O Estado soviético era sufocado pela concorrência do capital, produzindo um desequilíbrio na balança comercial entre exportações e importações que afetavam a economia planificada. A reprodução ampliada do capital até a exaustão “no interior de uma estrutura pós-capitalista diretamente administrada pelo Estado coincidiu com o desdobramento da crise estrutural do sistema do capital como um todo, trazendo com ele uma dramática implosão da ordem sociometabólica de tipo soviético” (MÉSZÁROS, 2002, p. 734). Talvez, não seja só coincidência que a crise soviética apareça lado a lado com a crise estrutural do capital.

A denominação “pós-capitalismo” parece ser por demais generosa com o processo pós-revolucionário ou uma complicada incongruência teórica, pelo fato incontestado da União Soviética ter ficado presa ao sistema do capital de extração da mais-valia na produção social, em nível local, sob as regras do taylorismo aplicadas inicialmente ainda no período leninista, e aprofundado pelo *stalinismo*. Portanto, o modelo soviético não rompeu com a lógica exploradora do capital, não se estabeleceu como uma “sociedade de novo tipo” que superaria o modelo capitalista, apenas se diferenciou na forma estatal e numa melhor competência para explorar a mais-valia dos trabalhadores.

Na versão “pós-capitalista” de Mézáros, os países liderados pelos soviéticos mantinham intactos na produção social, “os elementos básicos constitutivos da *divisão social hierárquica do trabalho* que configura o domínio do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 16). As perguntas que contradizem essa versão são simples. Por que manter a divisão social do trabalho, na forma hierárquica, centralizada e forçada, se o Estado era de natureza operária e pós-capitalista? O receio de um retorno ao regime czarista anterior? Ou medo de uma oposição que questionasse os privilégios da burocracia estatal? Na verdade, parece uma contradição terminológica que oculta o fato da não superação do capital no modelo soviético e, por isso, revela muito mais o grau da complexidade e das contradições ideológicas dessa temática.

O modelo soviético não rompeu com as normas do fetichismo do sistema mundial produtor de mercadorias, ao contrário, somou-se a ele na competição industrial-militar no cenário de uma “convivência pacífica” entre monopólios capitalistas no pós-segunda guerra.

Assim, “mesmo que a nova legalidade do capital tivesse que assumir uma forma diferente, o fetichismo do capital dominou as sociedades pós-capitalistas da mesma forma que imperou sob o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 837). Esse elo fetichista de ligação entre os dois modelos parece apontar definitivamente para a natureza capitalista dessas sociedades e, nessa direção, parece inadequado falar em pós-capitalismo na União Soviética.

Hoje, embora não se possa estabelecer uma relação mecânica e, muito menos, de caráter evolucionista, pensa-se que o retorno quase imediato do capitalismo privado na Rússia possa ter origens na parceria com o capital, de forma direta ou indireta, ainda no período soviético. O alinhamento automático da Rússia ao sistema financeiro internacional, logo depois da crise de 1991, seja em parceria com o capital chinês, europeu ou norte-americano, reforça a suspeita sobre o papel determinante deste na crise soviética e, não só como ação externa, mas fundamentalmente, pelo caráter das relações mercantis desenvolvidas internamente na própria União Soviética.

Considerações finais

O objetivo da pesquisa visava compreender as implicações políticas da derrocada do “socialismo” soviético no contexto da Guerra Fria. Dessa forma, o cerne da problemática partiu das seguintes indagações: em que medida se pode falar em crises do socialismo? Qual a natureza política do Estado soviético? Quais as possíveis relações entre as crises soviéticas e as crises do capital durante a Guerra Fria? Nesse sentido, primeiramente, observou-se que essas implicações não foram apenas de natureza político-ideológica, mas também econômica, estratégico-militar, tecnológica e científica, e que esses elementos deram sustentação à lógica neoliberal de mercado, sob estruturas industriais, estratégico-militares e financeiro-especulativas que vêm formando as bases materiais para as disputas geopolíticas em torno do controle consumista no mundo do capital.

O resultado desta pesquisa, com base em dados históricos sobre o desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações sociais de produção soviéticas, aponta para uma impossibilidade da existência do socialismo naquele país. O estudo reafirma a concepção de que, durante a Guerra Fria, predominou na União Soviética uma sociedade planificada sob princípios econômicos que muito se aproximavam do capitalismo ocidental, principalmente, quando expropriava a mais-valia das classes trabalhadoras até a exaustão física e psicológica.

O fim da União Soviética compôs o espectro da crise do capital sob o domínio da burguesia estatal soviética, uma acomodação desta na divisão internacional do trabalho, portanto, não se pode falar em crise do socialismo, mas em crise do regime soviético. De fato, o estabelecimento absoluto das categorias do capital nessa sociedade, refletiu historicamente a confirmação da tese de que as políticas de rendição ao capitalismo de Estado ajudou a “naufragar” a revolução socialista. O adeus ao socialismo, durante a Guerra Fria, decretou de vez uma “nova ordem mundial” e estabeleceu a unificação do capital privado com o capital estatal, além da rápida integração do capital chinês que ironicamente surgiu como possibilidade de nova potência capitalista. Conclui-se que ao longo do processo soviético, uma burguesia de Estado usurpou o poder e, por isso, essa experiência não se realizou enquanto socialismo, mas se manteve nos limites de um Capitalismo de Estado, configurando-se como uma das faces do capital global.

Desta feita, decorrente das implicações da unificação do capital (privado e estatal), o capitalismo criou novos inimigos comuns, reais ou fictícios: o terrorismo, a volta do “fantasma do comunismo”, as novas contraculturas, as pandemias, as crises financeiras, as competições imperialistas e as guerras nacionalistas, entre outros. No caso do terrorismo, indiferente às milhares de vítimas advindas desses atos criminosos, o capital se abraçou ao argumento do inimigo coletivo para alterar o processo de desenvolvimento das forças produtivas, investindo maciçamente na indústria bélica de destruição em massa para aumentar a taxa média de lucro em escala global.

A crise soviética, nos aspectos das implicações político-ideológicas, afetou o ânimo de grande parte das vanguardas revolucionárias das classes trabalhadoras, desenvolvendo sentimentos de derrota e de impotência política diante dos acontecimentos; a esquerda mundial apática não conseguiu frear a reação conservadora que alimentou os discursos anticomunistas de extrema-direita nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina; no aspecto político-econômico também reforçou os princípios neoliberais e as ideias pós-modernas de individualismo, imediatismo e eternização do tempo presente; minou qualquer perspectiva revolucionária dos trabalhadores, desarmando os movimentos sociais no mundo todo. Isto não significou a ausência de resistência social, mas visível abatimento diante da realidade.

Por fim, o colapso do capitalismo de Estado soviético representou o fim de uma era de ilusões. Agora, resta aos movimentos libertários compreender aquele momento para a sua superação, abrindo a esperança de outras perspectivas históricas para a humanidade. Sob os

escombros do passado, construir uma sociedade que favoreça à coletividade, mesmo que ainda em bases incertas, porque o começo de uma nova era não surgirá magicamente em projetos escatológicos de um fim sabido. Portanto, assim como Hobsbawm (1995, p. 15), “Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX”. Em todo caso, se o futuro é incerto, a história do tempo presente é sempre um desafio dos vivos.

Referências Bibliográficas

AMAZONAS, João. Capitalismo de Estado na Transição ao Socialismo (Notável contribuição de Lênin à teoria revolucionária do progresso social) – maio/1993. In: Portal O Vermelho. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/amazonas/ano/mes/capitalismo.htm>. Acesso em: 24.08.2021.

ANTUNES, Ricardo. A substância da crise e a erosão do trabalho. In: ARRUDA SAMPAIO JR., Plínio de. (org.). Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. 1ª ed., p. 45-55. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

AQUINO, J. E. F. de. Memória e consciência histórica. Fortaleza: EdUECE, 2006.

BETTELHEIM, Charles. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923); tradução Bolivar Costa, revisão Sérgio Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. A luta de classes na União Soviética: segundo período (1923-1930); tradução de Flávio Pinto Vieira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Tradução: Waltensir Dutra. Ed. digital: 2013 - ISBN: 978-85-378-0611-1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acesso em: 24.08.2021.

BURKE, Peter. O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin. In: Política & Trabalho, Revista Ciências Sociais, n. 39, out./2013, pp. 195-220. ISSN 1517-5901 (online). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/17652/10107>. Acesso em: 16.02.2019.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Ebooks Brasil, 2003.

FUKUYAMA, Francis. End of history and the last man. ISBN 0-02-910975-2. 1ª Ed. New York: The Free Press, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2ª ed., 26ª reimpressão [2003]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURZ, Robert: O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

LENIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo-SP: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.

SILVA, Ricardo George de A. Política e resistência em Hannah Arendt: considerações em defesa da democracia. Trilhas Filosóficas, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 291–302, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/article/view/5604>. Acesso em: 6 fev. 2024.

SILVA, Ricardo George de A. Política e totalitarismo na obra de Hannah Arendt: elementos de uma biopolítica. Mnemosine Vol.17, nº2, p. 95-107 (2021) – Parte Especial - Artigos. Disponível em: DOI:10.12957/mnemosine.2021.62171. Acesso em: 01 mar. 2024.

TROTSKY, León. A revolução traída. Tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1980.